PODER

Bolsonaristas apertam o cerco contra Dino

Chega a 95 o número de requerimentos de convocação do ministro para explicar uma série de assuntos, entre os quais, o das visitas da "Dama do tráfico" à pasta

» EVANDRO ÉBOLI

Tom Costa / MJSP

Semana passada, em evento no Rio, falei sobre a 'elite' oculta do crime organizado. Como essa gente da 'elite do crime' tem vários amigos e aliados, fica mais fácil entender certas reações e agressões"

Flávio Dino, *ministro da Justiça e Segurança Pública*

Parlamentares bolsonaristas intensificam a ofensiva contra o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino. O caso das audiências concedidas pela pasta a Luciane Barbosa, mulher de um líder do Comando Vermelho, fez disparar o número de requerimentos para que ele seja convocado à Câmara. Já são 95 pedidos para que o titular da pasta esclareça quase duas dezenas de assuntos: do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao porte de armas; da ida dele ao Complexo da Maré até as imagens do 8 de janeiro. Além, claro, das visitas da chamada "Dama do tráfico" amazonense ao ministério.

Desde o início do governo, Dino é alvo da oposição. Ele esteve algumas vezes no Congresso, em especial na Câmara, onde encarou os ataques dos bolsonaristas.

Ao todo, há 120 pedidos de convocação e convite para que ele compareça ao Parlamento: 107 na Câmara e 13 no Senado.

O foco no momento é o episódio da "dama do tráfico". Luciane foi recebida na pasta da Justiça por dois auxiliares de Dino, não pelo ministro. Ainda assim, os aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro querem levá-lo para que dê explicações em audiências públicas.

Somente esta semana, desde que o episódio foi revelado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, deputados bolsonaristas protocolaram 10 requerimentos de convocação do ministro para "prestar esclarecimentos acerca das reuniões do Ministério da Justiça com integrantes do Comando Vermelho", conforme justificam os parlamentares nos pedidos.

A repercussão do caso abalou o favoritismo de Dino para a vaga aberta com a aposentadoria da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Pretextos

Recentemente, o titular da Justiça se negou a comparecer a uma convocação da Comissão de Segurança Pública, onde se concentram parlamentares da bancada da bala. Ele argumentou que, ali, corria riscos, já que parte dos deputados têm porte de arma e não são revistados na entrada do Congresso.

Um dos parlamentares que querem convocar Dino, Gilvan da Federal (PL-ES), conhecido por circular com bandeira do Brasil no ombro, justificou: "É imprescindível que sejam esclarecidos quais os motivos que levaram a citada integrante do Comando Vermelho ter sido recebida em audiências fora da agenda oficial por Elias Vaz, secretário Nacional de Assuntos Legislativos, e Rafael Velasco Brandani, titular da Secretaria Nacional de Políticas Penais, ambas as autoridades do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Inclusive, essas audiências foram confirmadas por aquela pasta de governo". Mas o deputado só pede a convocação do ministro.

Os bolsonaristas usam dos mais variados pretextos para expor Dino nessas audiências. Cobram do ministro explicações a respeito de invasões do MST; da ida dele ao Complexo da Maré, no Rio de Janeiro; da suposta ocultação de imagens da Força Nacional de Segurança no 8 de janeiro; do funcionamento das urnas eletrônicas; e decretos do governo sobre restrição a porte e posse de arma e munições.

Neste mês, por exemplo, o deputado Marcos Pollon (PL -MS), uma liderança dos CACs (caçadores, atiradores e colecionadores), protocolou requerimento para Dino ir explicar a compra de 36 metralhadoras leves e miras optrônicas para o Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

Outro congressista, Paulo Bilynskyj (PL-SP), quer levar o ministro à Câmara para que justifique a promessa de usar a "espada da democracia" contra quem não se vacinar, assim como, "sanções e restrições".

No Congresso, o caso Luciane Barbosa também foi motivo do pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Em postagem nas redes sociais, Dino comentou de novo a respeito das investidas de que tem sido alvo: "Semana passada, em evento no Rio, falei sobre a 'elite' oculta do crime organizado. Como essa gente da 'elite do crime' tem vários amigos e aliados, fica mais fácil entender certas reações e agressões", escreveu, na legenda de um vídeo sobre a cerimônia.

Saiba mais

Comissão de ética

O Partido Novo denunciou à Comissão de Ética Pública da Presidência da República dois secretários do Ministério da Justiça e Segurança Pública que esconderam as reuniões que tiveram com Luciane Barbosa, representante de ONG e acusada de ter ligação com o Comando Vermelho. O secretário Nacional de Assuntos Legislativos, Elias Vaz, recebeu Luciane em seu gabinete em 19 de março. Quase um mês depois, em 2 de maio, a "dama do tráfico" se reuniu com o secretário Nacional de Políticas Penais (Senappen), Rafael Velasco Brandani; com o diretor de Inteligência Penitenciária, Sandro Abel Sousa Barradas; e com a ouvidora de Serviços Penais, Paula Cristina da Silva Godoy.

Gonet desponta como preferido à PGR

» RENATO SOUZA

Alejandro Zambrana/Secom/TSE

Paulo Gonet tem o apoio de ministros do Supremo para assumir PGR

O procurador-geral eleitoral, Paulo Gonet Branco, despontou como favorito para ser escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao comando da Procuradoria-Geral da República.

O nome dele ganhou força com o apoio de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A vaga na chefia da PGR está aberta desde a saída de Augusto Aras, que completou dois mandatos consecutivos à frente do órgão.

De acordo com fontes no Planalto ouvidas pelo **Correio**, Gonet tem se articulado com aliados de Lula, promete manter uma linha progressista e que não criminalize a política, caso seja alçado ao cargo.

A expectativa é de que Lula faça a indicação nos próximos dias. Existe o plano de que o comando da PGR seja divulgado em conjunto com o do escolhido para a vaga deixada pela ministra Rosa Weber, que se aposentou do STF.

Porém, no cenário político atual, com a proximidade do recesso parlamentar, Lula tem sido orientado a deixar a escolha de um nome ao Supremo para o próximo ano, tendo em vista que pode não haver tempo hábil para que o Congresso faça a sabatina do indicado — a demora faria com que o escolhido ficasse exposto à fritura da oposição.

A preocupação foi reforçada com as críticas ao ministro da Justiça, Flávio Dino, no episódio da visita de Luciane Barbosa, a "dama do tráfico", à pasta.

A oposição pegou carona no caso para disparar ataques coordenados contra Dino, visando enfraquecê-lo na corrida pelo Supremo.

Segundo informações de bastidor, as ações têm surtido efeito, e Dino está perdendo o posto de favorito, em razão do risco de desgaste político.

» Acordos da PGR com golpistas

A Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou, ontem, ao STF a segunda leva de acordos de não persecução penal fechados com mais 12 denunciados por participação nos atos golpistas de 8 de janeiro. Os primeiro três acordos foram encaminhados no mês passado. A possibilidade está disponível para quem responde por crimes de médio potencial ofensivo, ou seja, para quem teve participação secundária nos protestos, como pessoas que incitaram as manifestações.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

Aliança de Haddad com Lira e Pacheco garante deficit zero

O governo descartou a possibilidade de alterar a meta fiscal de deficit zero para 2024, ou seja, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, venceu a queda de braços com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, com argumentos técnicos nas reuniões entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros da área econômica. Houve uma trégua nessa disputa, até março do próximo ano. Articulações de bastidores com o Congresso foram decisivas, porque também garantiram o apoio dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) sem alteração dessa meta.

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias no Congresso, deputado Danilo Forte (União-CE), anunciou, ontem, que manterá o deficit zero na proposta a ser aprovada pelo Congresso, a pedido do próprio governo. Logo depois, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, confirmou a posição do Palácio do Planalto. Haddad e Padilha se aliaram na defesa da meta.

Após provado o Orçamento da União de 2024, pela regra, o governo terá de gastar apenas o que arrecadar, sem aumentar a dívida pública para cumprir despesas de custeio e investimentos. Esse é o pomo da discórdia, porque significa o contingenciamento de gastos, caso a arrecadação não aumente como o previsto, apesar da reforma tributária e de outras medidas. Uma delas é a regulação das apostas esportivas, que enfrenta resistências no Senado.

Danilo Forte fechou o acordo durante reunião com Haddad, Padilha, Esther Dweck (Gestão e Inovação) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), além do líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido -AP), no Palácio do Planalto. Enquanto recebe emendas de deputados e senadores, ainda negocia detalhes do texto final com a equipe econômica. A LDO deve ser votada na próxima semana. Na segunda-feira, haverá outra reunião com Haddad para bater o martelo.

A moeda de troca para aprovação do deficit zero pelo Congresso, porém, é um novo aumento de gastos com os partidos políticos. Os líderes da Câmara pretendem incluir na LDO uma elevação do fundo eleitoral para as eleições municipais do próximo ano, de R$ 2 bilhões, que foi quanto custou o pleito de 2022, para R$ 5 bilhões. A proposta obedece à lógica da preservação dos atuais mandatários, que precisam cevar suas bases eleitorais no próximo ano, de olho na própria reeleição. Estima-se que apenas os cinco maiores partidos da Câmara, se a proposta for aprovada, recebam de R$ 400 milhões a R$ 1 bilhão.

Crescimento

O pano de fundo das divergências no governo em relação ao deficit zero são as projeções de crescimento da economia. A última previsão do boletim semanal Focus, do Banco Central, é de 2,9% de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2023 e, pasmem, 1,5% no próximo ano. Isso é tudo o que o presidente Lula não quer no segundo ano de mandato, ainda mais com uma disputa eleitoral no caminho.

Muitos no governo associam o deficit zero ao baixo crescimento econômico, daí a pressão para aumentar os investimentos e gastos governamentais, mesmo que isso tenha impacto na inflação. Embora o acordo interno com Lula seja só reabrir a discussão sobre deficit zero em março do próximo ano, caso o aumento de arrecadação não corresponda às expectativas, novas tensões poderão ocorrer em dezembro, quando for divulgado a taxa de crescimento do PIB do terceiro trimestre.

Os resultados obtidos até agora, 1,8% de crescimento do PIB no primeiro trimestre e 0,9% do PIB no segundo, foram proporcionados pela grande safra agrícola, a PEC da Transição e o Bolsa Família. Teme-se, porém, que a economia tenha estagnado depois disso. O setor de serviços puxa o desempenho para baixo. Ou seja, o cenário da atividade econômica não é favorável ao aumento da arrecadação, mesmo com a reforma tributária, a não ser que haja aumento significativo da carga tributária.

Para um governo que foi eleito principalmente pelos mais pobres, a redução da taxa de crescimento de 2023 para 2024 pode afetar bastante a popularidade. Não se trata apenas dos programas sociais do governo, mas também das perspectivas dos jovens e empreendedores, que sofrem com o desemprego e a desestruturação de seus negócios, respectivamente. Ainda que tenha havido crescimento dos empregos com carteira assinada.

Essa situação, caso se confirme, acirrará as contradições internas do governo, principalmente entre o ministro da Casa Civil, Rui Costa, que gerencia o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, responsável pelo equilíbrio fiscal. O xis da questão é que a elevação do deficit para garantir a execução das obras e os programas sociais do governo impacta imediatamente a taxa de juros (Selic), cuja trajetória declinante, mantida, estimulará investimentos e reduzirá a dívida pública.